ARTIGO ORIGINAL

SESSI, Valdir ^[1], SILVA, Marcio Antonio Both da ^[2]

SESSI, Valdir. SILVA, Marcio Antonio Both da. A Voz Dos Empreiteiros No Jornal Informativo Unicon: Entre Os Textos Dos Cronistas E Os Primeiros Levantes Dos Construtores De Itaipu No Ano De 1978. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 03, Vol. 09, pp. 45-70. Março de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/informativo-unicon>

Contents

- RESUMO
- INTRODUÇÃO
- UMA VISÃO CRÍTICA DAS CRÔNICAS DO INFORMATIVO UNICON: A ATUAÇÃO DESSE JORNAL NO COTIDIANO DA BARRAGEM
- REBELDIA E POLICIAMENTO: O PROBLEMA DE UMA LIDERANÇA “SUBVERSIVA”
- CONSIDERAÇÕES FINAIS
- REFERÊNCIAS
- APÊNDICE – NOTA DE RODAPÉ
- ANEXO A – OCORRÊNCIA POLICIAL
- ANEXO B – RECIBO DE PESSOA

RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar as relações de trabalho conflituosas durante no ano de 1978, na construção da barragem da Itaipu Binacional. A primeira análise ocorrerá por meio das crônicas iniciais publicadas no jornal corporativo Informativo UNICON, que descrevia o lugar da construção como ideal. A segunda estudará ocorrências policiais registradas no primeiro semestre de 1978 no canteiro de obras, demonstrando as contradições sobre a mobilidade urbana da construção, mas que eram publicadas secretamente. Foi neste período que ocorreram os primeiros movimentos de revoltas organizados por trabalhadores que construíram a hidrelétrica de Itaipu. Ao aproximar as

crônicas e os levantes, este estudo fará um diálogo entre a “literatura”, o “tempo”, a “institucionalização” e as “inquirições”. Os textos jornalísticos, juntamente as ocorrências elaboradas pelas equipes policiais da barragem serão as fontes desse estudo, tendo como aporte teórico as obras de Edward Palmer Thompson, (2011), Norbert Elias, (1998) e Erving Goffman, (2013). Nesse sentido este mesmo “tempo,” cuja marcação se dá pelos calendários e relógios, age coercitivamente sobre o indivíduo tornando-o inflexível e alheio os aspectos institucionais compostos pelas barreiras físicas e os novos modos de vida.

Palavras-chave: Unicon, Informativo, Trabalhadores.

INTRODUÇÃO

Este estudo se dividirá em duas partes: A primeira análise ocorrerá por meio das crônicas produzidas pelos jornalistas do Informativo[3] UNICON[4], enquanto a segunda se refere ao estudo de ocorrências registradas pelos organismos policiais da estatal e empreiteiras no primeiro semestre de 1978 no canteiro de obras. Foi neste período que ocorreram movimentos de revoltas organizados por cerca de dois mil trabalhadores alojados no lado brasileiro da construção.

Nesse sentido, a problematização que se fará a seguir não tem a pretensão de tratar da temática envolvendo o período repressivo iniciado em 1964, ou ainda, não fará uma aproximação teórica com autores que dialogam especificamente sobre isto. Por outro lado, o enfoque levará em consideração a “literatura”, o “tempo” e a “institucionalização” como elementos presentes durante a construção da maior hidrelétrica do mundo, nas vozes das crônicas e outros textos produzidos pelos jornalistas José Melquiades Ursi, Henry Lopez, redatores do Informativo com presença marcantes como cronistas.

Desta forma, espera-se com esta exposição dos tópicos (as crônicas do Informativo UNICON e suas representações no cotidiano da barragem e rebeldia e policiamento: o problema de uma liderança “subversiva”), apresentar as relações conflituosas que de certa maneira norteariam a construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

UMA VISÃO CRÍTICA DAS CRÔNICAS DO INFORMATIVO UNICON: A ATUAÇÃO DESSE JORNAL NO COTIDIANO DA BARRAGEM

Como vê, para as armações não sou tão anônimo assim; conheço seus segredos, como elas sabem dos meus. Segredos da força de meus pulmões, da oscilação dos meus sentimentos, da persistência de minha vontade. Estão aí enterrados os meus segredos, guardados eternamente nas barras da armação que foram enterradas para sempre no ventre do concreto para fortalecê-lo. Portanto, toda a vez que alguém olhar para estes blocos que pisamos lembrar-se-á que os segredos dos Anônimos como este da Silva solidificam a estrutura desse desvio [...] ^[5] (Informativo UNICON, Ed. Nº 16, 18/10/1978, p. 02).

O estudo desse material jornalístico e dos documentos considerados confidenciais elaborados pelos órgãos de segurança das empresas, possibilitou a esta pesquisa e busca pela compreensão de como teria ocorrido as desarticulações de possíveis associações de trabalhadores nesse período considerado o mais crítico da construção da barragem. Por um lado havia um intenso controle, com vistas a manter a estrutura antecipadamente articulada para a construção da Itaipu, conforme modelo de “instituição total” estudadas por Erving Goffman (2013). Por outro lado, percebe-se a manipulação, através da ênfase dada aos pontos positivos, relacionados à construção da maior usina hidrelétrica do mundo, daquele momento. Os pontos negativos, principalmente os relacionados às questões ambientais, como a destruição dos Saltos das Sete Quedas em Guaíra, eram divulgados com parcimônia. Assim, a função da imprensa na época era a de enaltecer os atos institucionais e/ou governamentais. Essa foi a missão do Informativo, em relação à Itaipu e ao Consórcio UNICON.

Na primeira semana de fevereiro de 1978, o Departamento de Bem Estar Social do Consórcio UNICON publicava o primeiro informativo, com periodicidade quinzenal, bilíngue (português e espanhol) e tiragem de vinte mil exemplares. Suas primeiras reportagens davam a tônica do compromisso assumido em prol do empreendimento, durante os quase dez anos de atividade. Reportagens ufanistas incutiam no trabalhador a percepção de que fazer parte do grande canteiro de obras era uma oportunidade única. Era estar em um lugar ideal para o desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional dos trabalhadores.

Sob a gestão de órgão oficial das empreiteiras, o Informativo UNICON tinha como finalidade principal fazer a publicação dos acontecimentos evolutivos, referentes à construção da barragem, enfatizando os fatos, que não colocassem em dúvidas os propósitos do empreendimento. Por outro lado buscava neutralizar, e se possível aniquilar, as relações sociais conflituosas, decorrentes de irregularidades no sentido do que era oferecido aos operários, juntamente com as respectivas reivindicações que eram levadas ao extremo.

Sob outra perspectiva, o Informativo dos empreiteiros ligava o trabalhador ao trabalho na sua forma mais ampla. Esquema em que o processo de produção e de transformação da natureza estava para além das forças naturais do homem. Ou seja, as energias gastas na produção também faziam parte do imaginário daqueles que se percebiam diante de um dos maiores canteiros de obras do mundo, que no momento contava com cerca de 35 mil trabalhadores brasileiros, paraguaios e de outras nacionalidades (SESSI, 2015).

Na visão dos redatores do Informativo, a barragem era um lugar de particularidades em que as máquinas eram dotadas de vida e corpo, portanto humanizadas, tanto é que, na primeira edição que será apresentada a seguir, o cronista estabelece uma relação dramática e alegórica entre homens e máquinas. Essa relação, acima de tudo, tinha um valor sentimental para quem as lesse, posto que a retórica do cronista evidenciava esse efeito metonímico entre homem e máquina, forma e ternura, ao mesmo tempo, quase que numa confluência. O barrageiro, nas palavras dos cronistas e dos engenheiros, invariavelmente, era quase que imortalizado, mas anônimo, como apresentado na epígrafe, não havendo uma separação do seu corpo e suor da mesma argamassa e dos vergalhões de aço que se empregava na construção.

Ao mesmo tempo em que o barrageiro era enaltecido, o mesmo era oprimido pela imposição física e ideológica institucional, de modo a ser coibido de participar de grupos que reivindicavam melhorias em suas condições de trabalho. As condições oferecidas não correspondiam ao que fora proposto em propagandas que buscavam angariar trabalhadores para participar da construção da maior usina hidrelétrica do mundo. A abstenção em agremiações resultava em distanciamento do trabalhador que, para não ser demitido favorecia a atuação do aparelho repressor da estatal e das empreiteiras (SESSI, 2015).

Em grande medida, o barrageiro ficava exposto à alienação quando tinha acesso às

reportagens que o engrandecia. De um lado, as reportagens que o enaltecia faziam-no acreditar que ele era importante por participar daquele megaempreendimento. Então, desencadeava no barrageiro a sensação de pertencimento junto ao resultado do que produzia. Por outro lado, terminada a concretagem de uma etapa, surtia no trabalhador um sentimento de distanciamento, uma vez que aquele não era seu mundo, mas sim o mundo das máquinas. Em outras palavras, ele era apenas mais um “Anônimo da Silva”.

A grandiosidade atribuída ao empreendimento e promovida pelo Informativo UNICON era evidente e real, contribuindo grandemente para desconectar o trabalhador do trabalho sem que este percebesse. Nesse caso, o objeto, fruto do trabalho, ganhava uma complexidade, que talvez não pudesse ser alcançada e mensurada pelo humano. Enfim, o gigantismo dos blocos de concreto e das escavações pareciam não ter relação com aqueles que neles trabalharam ou iriam trabalhar.

Nesse sentido, a primeira reportagem do Informativo, escrita por Henry Lopez, tinha caráter de mensagem, ou cartão de visita, que na prática demonstrava quais seriam seus objetivos dentro do esquema institucional. Ao saudar aqueles que seriam de fato alcançados pelas próximas publicações do Informativo, Lopez fazia referências às futuras edições afirmando que:

foram tomadas as providências necessárias para que este Informativo viesse à luz, a fim de se constituir, com o eco de sua voz amiga e fraternal, em mais um elemento de integração. O jornal pretende cobrir todos os setores em que se analisam, projetam e realizam atividades que tenham relação com o trabalho da empresa. Suas páginas retratarão, fielmente, esperanças e certezas dos diretores, chefes, encarregados, capatazes, peões, etc., porque estamos plenamente certos de que, absolutamente todos, somos indispensáveis na construção desta Usina, onde homens e máquinas, músculos e argamassa, se fortalecem ao calor de duras jornadas de garra e sacrifício, dando a exata dimensão do temperamento vigoroso de duas nações irmãs, que, no mesmo ideal, uniram seus destinos, para conjugar o verbo do trabalho e o verbo do progresso: Paraguai e Brasil (Informativo UNICON, Ed. Nº1, 04/02/1978, p. 02).

No texto acima já se percebe que as crônicas e outros textos que seriam escritos ao longo da

construção norteavam as publicações. Os cronistas como José Melquiades Ursi, Henry Lopez e Cristina de Aguilera escreviam o que os dirigentes gostariam de ler, deixando vagamente expressas suas observações acerca da mobilidade e das rupturas entre empreiteiros e trabalhadores. Os fatos e as visitas importantes no canteiro de obras tinham uma atenção especial, e quando não havia algo do gênero, tratavam do cotidiano do barrageiro como um ser sui generis. Aliás, estas produções literárias injetavam sentimentos motivadores que contribuíram grandemente para que o trabalhador suportasse, sem vacilar, as mais duras jornadas de trabalho, compartilhando seus músculos com as máquinas e fortalecendo-os sempre sob a batuta dos feitores e encarregados^[6]. Sob essa perspectiva, Mascarenhas (2008, p. 124) afirma que “a imagem que o Informativo produziu para seus leitores, principalmente para os funcionários e peões da UNICON, era a de que a Itaipu era onipotente, uma empresa transcendental, com poder absoluto, irrestrito e inalcançável aos peões”. Contudo, o historiador Odirlei Manarin tem outra visão sobre a vinculação do engajamento institucional desse Informativo. De acordo com Manarin (2011),

o que se pretendia com as matérias ufanistas era a divulgação do padrão de produtividade, almejada pela estatal e atingida pelas empreiteiras. Em contra partida, como fator de estímulos, incentivando a continuidade do padrão almejado, o Informativo promovia a valorização e a divulgação de uma espécie idealizada de trabalhador, pois dele dependia (MANARIN, 2011, p. 53).

Embora Mascarenhas (2008) e Manarin (2011) trabalhassem com outras perspectivas de abordagem, por exemplo, relacionando as matérias jornalísticas sob o âmbito da exploração e do consenso, ambos não utilizaram as crônicas especificamente em suas análises. Porém, convergem no sentido de mostrar as reportagens como base de representação de uma sociedade barrageira autêntica e sem conflitos sociais, isto é, evidenciando uma utopia que contrapõe os fatos dissimulados pelas crônicas e relatados nos documentos oficiais, sob a ótica dos mantenedores da ordem. Nestes documentos, ficam explícitas as forças coercitivas exercidas sobre os trabalhadores. Ao observar as rupturas internas e movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho, durante o ano de 1978, verifica-se, por meio dos Informativos e outros documentos, a possibilidade de se compreender este e outros momentos, dignos de serem reconhecidos como fatos históricos, durante a construção da hidrelétrica de Itaipu. Deduz-se que a alegoria, mostrada nos textos, era reflexo de acontecimentos concretos ou de algo que poderia acontecer. Neste contexto, essas

produções literárias têm muito a dizer sobre a comunidade barrageira, suas identidades e seus modos de vida. Compreender as abordagens dos cronistas significa ampliar a percepção sobre as rupturas que ocorriam naquele período.

Seguindo a mesma proposta do cronista Henry Lopes citado anteriormente, em novembro de 1978, Melquiades Ursi publica uma crônica intitulada “O Relógio de Ponto”^[7]. Neste texto, Ursi narra o cotidiano de um quarto de alojamento da barragem, composto por quatro moradores. Três desses residentes antigos (Genival, Rui e Carlos) e um recém-chegado apelidado pelos demais de Maracaí por ter suas origens no município paulista com esse nome. Nos quartos de alojamentos^[8] rostos poderiam ser próximos ou distantes, amizades poderiam ser duradouras ou de apenas um dia, no caso de alguém ser vítima de um acidente fatal ou demitido por “baixa produção”^[9]. Além disso, a produção textual demonstra a mobilidade desses trabalhadores, denunciando que havia exigências e compromissos inadiáveis para com a produção. Desse modo, todos eram levados a se comprometerem, pela indução de preocupação exagerada no cumprimento do horário de trabalho.

Este comprometimento com o “tempo” trazia indicativos da coerção e submissão do funcionário ao relógio. Na verdade, era uma coerção subjetiva, sobretudo porque podia desencadear um descontrole emocional, que deixava a vida do indivíduo definitivamente atrelada ao relógio de ponto. De fato, parecia ser isso o que transparecia no diálogo entre Maracaí, o morador recém-chegado, com os moradores antigos do quarto. Conforme as palavras de Ursi: “[...] Não sei agora como farei para despertar amanhã. Eu não gosto de chegar atrasado ao serviço. Muito menos no primeiro dia. [...] Fica sossegado cara, respondeu Genival: tenho despertador deixa comigo que o acordo amanhã” [...] (sic) (Informativo UNICON, Ed. Nº18, 25/11/1978, p. 02). O cronista continua afirmando que isso não foi o suficiente para tranquilizar Maracaí:

Às vinte e trinta o cansaço abateu-o com o sono. Entretanto, a preocupação pesava mais que a fadiga: meia hora depois acordou com o barulho de uma goteira de chuva, que lá fora batucava em uma lata vazia, um samba de uma nota só, mais parecia uma cantiga de ninar. Voltou a dormir. Passado mais de uma hora despertou sobressaltado. Não, ainda não. Vinte e duas horas apenas. Novo sono para acordar daí a meia hora. Acendeu a luz na cara dos companheiros que também já haviam dormido. Olhou para o despertador do colega e surpreendeu-

se. Tinha muito que dormir ainda. Voltou aos braços de Morfeu, que o soltou de repente quando um forte reflexo atingiu a janela. Sacudiu Genival que se comprometera para chama-lo. (...) Na segunda-feira, tudo se repetiu como na noite anterior, isto é, o sono era cortado de vez pelo medo de perder a hora do relógio de ponto [...] (Informativo UNICON, Ed. Nº18, 25/11/1978, p. 02).

Nota-se por meio do texto do cronista que o controle institucional das esferas da vida (dormir, trabalhar e brincar) do indivíduo é a principal característica de uma instituição total nos termos de Goffman (2013). No interior de uma instituição total é a instituição que determina o horário a ser cumprido, estabelecendo metas e objetivo dentro de um determinado tempo e sob o controle de uma “equipe dirigente” (GOFFMAN, 2013, p. 17). No entanto, Norbert Elias (1998) afirma que há outro esquema coercitivo. Ou seja, a coerção simbólica está na expectativa do indivíduo e se desenvolve igualmente pelo “tempo mecânico. Assim, a autodisciplina, neste caso, está para além dos muros e das divisas de uma instituição total, ela pode se expressar também pelo medo. Por meio disso, ainda segundo Norbert Elias,

a transformação da coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina que abarque toda a existência do indivíduo ilustra, explicitamente, a maneira como o processo civilizador contribui para formar os *habitus* sociais que são parte integrante de qualquer estrutura de personalidade (ELIAS, 1998, p.14)

Não seria esta a preocupação com o horário do relógio de ponto, tal como o caso aqui demonstrado? Para Maracaí estas seriam as condições impostas para atuar em um novo emprego, obrigando-o a “novas formas de interação social”, mecanismo que Pierre Bourdieu (1989) chama de *habitus*. Em outras palavras, as novas formas sociais que deveriam ser naturalizadas e mescladas com as formas sociais anteriores aquelas adquiridas por Maracaí antes dele se tornar um barrageiro. Iniciavam-se novos momentos na vida daqueles trabalhadores que o tempo haveria de moldar no interior dos muros e das paredes da instituição e, além disso, o compromisso de transformar antigos hábitos, incorporando os novos *habitus* na nova personalidade do “barrageiro”.

A vivência em alojamentos e nas longas filas (relógio de ponto e refeitório) indicava que além

da apropriação de novos costumes havia, quem sabe, formas implícitas de estigmatização, razão pela qual seriam necessários novos ajustes no cotidiano: a existência de quartos e banheiros coletivos sugerem isto. Nesses espaços das instituições totais, segundo Goffman (2013, pp. 31-32) pode ocorrer também a “mortificação do eu do indivíduo, pois há um rompimento com a sua vida levando a uma espécie de exposição contaminadora”.

Analizando racionalmente, a exposição do corpo não é um processo natural e idêntico para todos os indivíduos, tal como os novatos que chegavam a todo o instante no canteiro de obras e viviam em espaços comuns nos alojamentos. Veremos em seguida, que poderá ser esse um dos fatores de revoltas nos alojamentos, quando o agente do Serviço de Informações e Contra Informações (SICI) afirmava em relatório que um dos motivos da revolta era porque “havia mão de obra qualificada alojada com a não qualificada”[10]. A isto se soma o problema relacionado às relações homo afetivas^[11] que eram recorrentes e punidas com demissão, em consonância aos critérios “morais” da época (SESSI, 2015).

Outra característica dos cronistas é a de que, como espectadores, observavam a construção sob a ótica dos que estavam nos bastidores. Melquiades Ursi e os demais jornalistas promoviam uma releitura do cenário e demonstravam outras relações, contrariando os choques comuns entre os próprios trabalhadores, e estes contra os agentes de segurança da estatal e das empreiteiras. Eles davam um sentido ao “tempo” do homem, fazendo do relógio de ponto uma razão para a existência no mundo do trabalho. Havia tempo para tudo, mas uma valorização maior no tempo marcado pelo relógio dos empreiteiros, pois eram estes dispositivos os reguladores dos recordes de concretagens e da vida intramuros.

Nota-se desta forma, que o despertador pertencente a Genival, representava uma referência comum do “tempo” em relação as particularidades pessoais da vida. Nele não estavam dispostos, ao menos no primeiro momento, os mecanismos coercitivos apresentados por Norbert Elias (2013). Em outras palavras, o despertador de Genival não era o mesmo da instituição total onde se registrava a entrada e saída do trabalho, servindo apenas como guia e ligação com o mundo exterior da instituição. Por conta disso Maracaí não confiava sua rotina ao relógio despertador e a confiança dada a ele pelos companheiros de quarto.

Para os trabalhadores a existência desse tempo mecânico (relógio de ponto) indicava o controle e um nível de importância muito mais que o salário. Talvez tenha sido isto o que

aconteceu com Maracaí um dos protagonistas da crônica apresentada anteriormente. Diante disso pergunta-se: existiu o trabalhador Maracaí, tal como os demais companheiros Genival, Rui e Carlos, que o receberam como novo morador do quarto cinco do alojamento A10? Ou o personagem teria sido fruto da criatividade do cronista? Será que o texto em questão não tinha a intenção de fazer um ajustamento do homem ao trabalho, inserindo-o no mundo dos recordes de lançamento de concreto? Uma das reportagens que compuseram a edição de 25 de novembro de 1978 do Informativo propõe esta leitura. Na reportagem, o jornalista pontua: “Na obra de Itaipu não se pode tirar conclusões apressadas. Números que parecem definitivos em termos de recorde, de repente passam a ser superados por novas conquistas, enquanto não se atingir o pico dos trabalhos” (Informativo UNICON, Ed. nº18, 25/11/1978, p. 02). Nota-se desta forma, uma aproximação entre o tempo mecânico criado pelo homem para regular suas atividades, inserindo-o em grupos sociais disciplinados por um relógio, e o erro em se “tirar conclusões apressadas” (para além dos relógios) a qual se refere a reportagem.

A mesma pressa e preocupação, demonstrada com o atraso em chegar ao trabalho por Maracaí, consistia numa questão primordial para os engenheiros. Para as chefias, o tempo era o dos recordes e das competições entre trabalhadores, para ver qual equipe produzia mais, em menos tempo de trabalho. Se o trabalhador tinha o tempo marcado pelo relógio de ponto, a caçamba de concreto tinha um caminho a percorrer. Suas idas e vindas ininterruptas nos blocos também funcionavam como marcador de tempo, uma vez que participavam da vida e dos recordes dos trabalhadores, como afirmava o jornalista ao dizer: “números definitivos, de repente passam a ser superados” (Informativo UNICON, Ed. Nº18, 25/11/1978, p. 02). A cada degrau vencido na construção havia uma nova manifestação da imprensa, pois as inaugurações proporcionavam um cenário de promoção política e profissional. Raramente era mostrada uma confraternização na qual estivesse presente os trabalhadores de classe “C e D”^[12]. Talvez uma dessas exceções tenha sido a matéria publicada pelo Informativo em outubro de 1978, em edição extraordinária, na qual era reportado de forma comemorativa, o término das obras do canal de desvio^[13].

Entretanto, o que mais chama a atenção é o texto de capa que menciona novamente a “instituição do tempo”, mas neste, o cronista denuncia o processo traumático daquela construção, comparando o canteiro de obras a um campo de batalha. A melancolia, o pertencimento, as relações entre os trabalhadores, a luta de classe, e os medos mais

particulares eram novamente vencidos e trocados por outros que indicavam uma situação paradoxal de sucesso e fracasso. Sucesso pela missão cumprida com o término das escavações e fracasso pelas mortes que ocorreram durante essa jornada e não teriam sido publicadas. A divulgação tinha como objetivo ocultar a realidade a que os barrageiros estavam expostos, mantendo assim a imagem criada pela mídia. Como veremos na citação a seguir, o simbolismo e a alegoria, explanados durante o regresso do cronômetro, indicavam a existência de um sentimento real, materializado. Porém, na mesma medida indicava um aspecto transcendental que esclarecia ou deixava às claras a realidade do indivíduo, conforme as palavras do cronista:

Começa a contagem regressiva para o desvio do Rio Paraná. Faltam três minutos apenas. Enquanto os explosivos não detonam, concentrados em homenagem póstuma, recordemos aqueles que tombaram no cumprimento do dever, envolvidos na sagrada mortalha do suor. Partiram, mas, antes imprimiram suas marcas indeléveis nas faces dos monólitos. As águas têm sensibilidade e hão de beijá-las com todo respeito. Dois minutos. Silêncio ainda! Eles não se sacrificaram em vão. Seus familiares entenderão mesmo que doa compreender; nos braços da eternidade, tornaram-se mais lúcidos para dizer de frente erguida, com maior convicção: meus pais, minha esposa, meus filhos, meus amigos, meu povo, Itaipu ter-se-á luz para dissolver as trevas. Eles não morreram nos labirintos da obscuridade, mas caíram no espaçoso pátio da dignidade. Tornaram-se bandeiras e heróis de seus filhos aos quais condecoraram para sempre com a medalha do exemplo. Não partiram, pois reencarnaram suas fibras nos sangues dos nossos sangues... O relógio não vacila... trinta segundos e pronto. Medite no silêncio! Para onde levaria a morte se não tivéssemos aberto o atalho da fé? Dai-lhes, Onisciente, o descanso eterno... porque respiramos o oxigênio de suas lições, na atmosfera do ânimo, do vigor, do dinamismo e da coragem. Três... dois... um... fogo! Que espetáculo! Aqueles que se foram sorriem em nossos lábios (Informativo UNICON, Ed. Nº 16, 20/10/1978, p. 01).

Pode ser que o autor do texto acima tenha sofrido alguma censura *a posteriori*, pelo motivo de que não havia referências em textos anteriores, sobre os acidentes fatais. Pelo contrário, parece que esse texto, sobre o término das obras do canal de desvio fazia uma relação sombria, deixando homogêneo o mundo dos que “tombaram no cumprimento do dever” (tal

como o soldado na guerra) com o daqueles que assistiam à inauguração pela contagem regressiva do tempo: aqui o relógio ganha uma expectativa comovente, diferente da atribuída ao relógio de ponto. Na visão do cronista, após a contagem regressiva e a explosão das dinamites, os segredos e as esperanças dos que partiram seriam enterradas “na sagrada mortalha do suor”.

Como vimos, a literatura oferece à história, subsídios materiais que ajudam a recompor fatos e reescrever relatos que alicerçam dados históricos. Edward Palmer Thompson observava, por meio do folclore inglês, entre os séculos XVIII e XIX, problemas relacionados à superestrutura nos termos marxistas. Estas aproximações custavam caro às interpretações ortodoxas, uma vez que se realizavam leituras de um determinado evento histórico por meio dos folcloristas e suas anotações. Como pode se entender as disputas e relações de poder nos episódios de vendas de esposas em leilões públicos, na Inglaterra do Século XVIII, apresentados pelos folcloristas, conforme demonstraria Thompson (2001)?

Nesses eventos públicos, a economia, o direito, a ideologia e o poder se manifestavam paralelamente ao Estado regular. Era a tradição que regulava o cotidiano promovendo um reordenamento na sociedade e sua burocracia. Nesse sentido, Thompson (2001, p. 243) adverte: “espero não ser mais necessário sustentar a defesa em favor de uma atenção renovada pelas fontes do folclore”. Tal advertência se dava ao fato de que os folcloristas, e outros, se mantinham como espectadores externos, contemplando tais espetáculos e dando legitimação para que fossem realizados. Seus testemunhos mantinham e promoviam a tradição. Não poderia ser esta a posição dos cronistas, ao produzirem seus discursos para o Informativo da UNICON? Seus textos, através das crônicas, alicerçavam o aparato ideológico da estatal? Considerando os elementos propriamente relacionados à ideologia parece que sim. Sobretudo, porque ocultavam os conflitos existentes entre as categorias na barragem, mas deixavam, em alguns momentos de suas escritas, o testemunho das relações sociais mais profundas que sofreriam um sombreamento pela ação dos aparelhos da ditadura civil militar. Isto é o que se deduz, a seguir, ao apresentar os primeiros levantes dos trabalhadores. No próximo tópico poderá ser percebido que, para além das boas práticas apresentadas nas crônicas, havia as rupturas, contrariando a totalidade das posições ideológicas dos redatores do Informativo UNICON.

REBELDIA E POLICIAMENTO: O PROBLEMA DE UMA LIDERANÇA “SUBVERSIVA”

“Existem condições para mobilização da massa de operários empregada no canteiro de obras, contra quaisquer antagonismos que possam surgir. Faltam lideranças que tenham expressão para conduzir e orientar tal massa, até o presente momento” (BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79000886 d0001de 0001).

Ao longo da exposição do primeiro tópico foi mostrado o *modus operandi* e a estratégia que o Informativo UNICON usava para divulgar as informações favoráveis à construção, do que seria na época a maior hidrelétrica do mundo, tanto em extensão quanto em capacidade produtiva. Ainda que, de forma implícita torna-se evidente que, nos textos dos cronistas, havia a intenção de direcionar a percepção dos trabalhadores e público externo, pela criação de uma imagem favorável ao empreendimento Itaipu. Também, de forma implícita, percebe-se que houve um trabalho que forjava a compreensão da realidade, por parte dos barrageiros. A prática do mascaramento perdurou até o final da década de 1980. Nesta perspectiva há então duas questões merecem destaque: a primeira é entender se os redatores do Informativo sabiam dos problemas internos e os deixavam à mercê da censura e do aparato repressivo ou, se atuando como capatazes ideológicos poderiam interferir na opinião pública com seus textos estrategicamente construídos?

Sobre a primeira questão pode-se inferir que sabiam dos problemas, porém, trabalhavam mantendo a ideologia favorável à construção da hidrelétrica. Não se questionava a autoridade dos coordenadores que administravam a estatal, pois ainda reinava, nos países em consórcio, regimes ditatoriais. É sabido que, em regimes ditatoriais, as liberdades individuais são suprimidas e a mídia deve retratar fatos favoráveis ao governo e/ou instituições. A segunda questão pode ser analisada por analogia aos folcloristas, descritos por Thompson (2001), que trabalhavam a favor do *status quo* estabelecido pelas tradições. No caso do Informativo UNICON, os jornalistas refletiam a ideologia e objetivos estabelecidos, tanto para o público interno quanto externo. A realidade do barrageiro era mostrada em forma de crônicas e as possíveis interpretações ficavam limitadas ao espaço ficcional.

Como veremos, as fontes que serão apresentadas indicam que a rotina nos alojamentos, um dos cenários da crônica “relógio de ponto”, era oposta ao que foi apresentado por Melquiades Ursi e por outros cronistas. Nesse sentido, o ano de 1978 foi marcante para todos

que passaram pelo canteiro de obras. Foram nos meses de março e abril, que ocorreram duas rebeliões nos alojamentos do Consórcio União de Construtoras – UNICON. Mesmo sendo sufocadas e as intenções dos trabalhadores dissuadidas, estas serviram para alertar e aparelhar o órgão de segurança da estatal, para que tivessem mais eficiência, caso houvesse novos enfrentamentos. Preocupação que alcançava, paulatinamente, todos os setores atrelados ao departamento de comunicação e informações. Essa condição ficou evidente no documento enviado pelo setor de segurança da Itaipu ao Serviço Nacional de Informações (SNI) em novembro de 1978. Nessa informação, o relator esclarece que:

[...] cerca de 2.000 (dois mil) trabalhadores dos 7.170 (sete mil cento e setenta) alojados, inconformados com a falta d'água que vinha se fazendo sentir, por diversas vezes, há mais de uma semana nos alojamentos em que residiam, passaram a proceder como turba, danificando algumas torneiras e chuveiros, culminando a ação com o apedrejamento da casa das máquinas de bombeamento de água e consequente quebra de vidros e telhas da referida edificação. Carrocisternas e mesmo veículos da Segurança Física da Entidade, foram apedrejados logo que chegaram ao local do distúrbio. (Arquivo Nacional: BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79000886 d0001de 0001).

Por coincidência, no ano em que era inaugurado o Informativo UNICON, jornalistas, cronistas e os diretores das empreiteiras da estatal Itaipu viam à sua frente o desencadeamento de um grande problema, a exemplo desse movimento dos trabalhadores mostrado na citação acima. Não se tratava de um movimento organizado nos termos de associações ou agremiações, levado a cabo por tendências sindicalistas, embora há indicação de que havia quase 30% dos trabalhadores alojados envolvidos nesta manifestação. Em todo caso, uma manifestação com substanciais prejuízos materiais, e enfrentamento às agências de seguranças, em pleno regime ditatorial, demonstrava que havia o germe de um processo de luta de classe, e isto se atribuía à precariedade dos benefícios que eram oferecidos aos agenciados^[14] e demais trabalhadores que procuravam o recrutamento.

Este documento elaborado pela Assessoria de Segurança da Itaipu visava informar o Serviço Nacional de informações (SNI) acerca do evento considerado subversivo, pois existia o receio de os trabalhadores estarem agindo organizadamente em torno de lideranças, consideradas subversivas, as quais poderiam promover enfrentamentos contínuos às empresas,

consequentemente, pondo em risco a organização e o planejamento que incorporava o empreendimento.^[15]

Observa-se na epígrafe que o movimento nos alojamentos tinha os ingredientes comuns a qualquer empresa. O que teria acontecido para que estes trabalhadores promovessem uma revolta, mesmo estando sob intenso controle? No mesmo documento, os investigadores do serviço de inteligência da Itaipu, mais notadamente do Serviço de Informações e Contra Informações (SICI), informaram ao SNI os principais problemas geradores da revolta, para posteriormente apresentar a solução. Entre as causas principais foram apresentados a “Sistemática falta de água nos banheiros e sanitários dos alojamentos e a Brutalidade e maus tratos infringidos pela Vigilância da UNICON aos mesmos” (BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79000886 d0001de 0001). Nesse ponto aparecem os problemas pelos quais chamamos atenção. Ou seja, a escrita dos cronistas em paralelo com a escrita criteriosa dos agentes de segurança da AESI. Enquanto os primeiros apresentavam através das crônicas uma visão estereotipada sob o viés idealista, o segundo, ainda que de forma confidencial, apresentava o mundo dos trabalhadores realmente como ele era. Qual cronista ousaria denunciar em seus textos palavras como: “maus tratos infringidos pela Vigilância da UNICON”?

Desse modo, as demandas apresentadas, se postas em discussões em um grupo organizado como uma associação de trabalhadores, poria em risco a estabilidade promovida e forjada pelos aparelhos repressivos da estatal. Se as associações e sindicatos pudessem se estabelecer, ocorreria o nascimento de uma liderança que fizesse frente a um possível movimento de vanguarda. Sem liderança não há a possibilidade de se promover uma ação coletiva. A falta dessa liderança possibilitou que o manifesto apresentado fosse denominado como “turba”.

O ato de rebeldia empregado pelos alojados em março de 1978 aumentou o controle que já estava em curso. A Agência de Inteligência foi orientada a agir, de forma efetiva e contundente junto aos trabalhadores, com vistas ao afastamento de qualquer liderança que se manifestasse, pois, para os mantenedores da ordem estabelecida, tais manifestações eram consideradas subversivas. Estas ações correspondiam aos mesmos processos utilizados pelos órgãos de repressão, de onde a AESI recrutou seus investigadores. Assim, qualquer medida tomada nessas condições tinha a legitimação ampla do Serviço Nacional de Informações (SESSI, 2015).

A operacionalidade investigativa, após o acontecimento do evento, consistia em levantamento de dados e sindicâncias, que ficava restrito à força regular das Agências de Segurança de UNICON e Itaipu^[16] e seus serviços de investigações que eram desvinculados da AESI. Com este instrumento administrativo realizava-se a apuração dos fatos e consequentemente a apresentação de culpados, de acordo com as exigências burocráticas e administrativas. Com efeito, esse instrumento burocrático servia também para apontar outros responsáveis possivelmente comprometidos: os gestores ligados aos subversores. Ora, mascaravam os fatos, ora usavam-no para responsabilizar o trabalhador.

Para o general José Costa Cavalcante, diretor geral brasileiro e o general Bruno Castro da Graça, na função de chefe da segurança física, era inadmissível acontecer em sua administração um movimento classificado como “turba”. Tal condição desqualificaria sua gestão, além de comprometer a lisura de sua autoridade. Qualquer perigo iminente deveria ser reprimido. Estabeleceu-se que haveria um crivo depurado no momento de novas contratações para preencher o quadro de futuros trabalhadores. Além disso, se houvesse episódios de revoltas junto aos órgãos superiores, estes deveriam ser mascarados. De certa forma, foi isto que aconteceu quando se apurou um incêndio que destruiu grande parte de um bloco dos alojamentos em abril de 1978.

Após a ocorrência desse incêndio, houve movimentação das autoridades, tanto interna à barragem quanto externa, o que não era comum, para tentar descobrir as causas motivadoras desse incêndio. Todos queriam saber o que de fato estaria acontecendo na área dos alojamentos, no momento em que se observou o sinistro. Era uma revolta ou apenas um acidente sem vínculos “subversivos”? O relatório apresentado pelo fiscal de segurança, que liderava o plantão noturno naquela data, indicava contradições perante os depoimentos dos demais trabalhadores, intimados posteriormente para a sindicância. Seu registro considerava que não teria ocorrido nenhuma intenção criminosa, porém, os fatos antecedentes ao incêndio são omitidos, indicando obediência a alguma orientação superior. Nesse sentido, ele descreve que:

[...] às 23:45 horas do dia 10/4/78, irrompeu um incêndio em uma das alas do Alojamento A-15. Próximo ao local encontrava-se, fazendo uma ronda, o GS¹⁹(...), pertencente ao Grupo A, o qual comunicou-se com o Posto da Central para pedir auxílio e, imediatamente, iniciou o combate ao fogo, com os meios próximos. De

imediatamente grande número de funcionários compareceu e providenciou a retirada dos elementos que ainda dormiam em alojamentos próximos ao fogo, retirando também os pertences (BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79000886 d0001de 0001).

É comum, nos setores de segurança, haver uma liderança ou, um porta voz autorizado, para redigir as irregularidades do turno de trabalho. Assim, após a chegada dessa ocorrência inicial ao general Bruno Castro de Graça, este imediatamente mandou que seus subordinados abrissem uma sindicância no intuito de apurar as causas e os possíveis envolvidos, uma vez que, a proporção do incêndio e o empenho que demandou para controlar as chamas, não possibilitariam um arquivamento sistemático. Ou seja, certamente, alguém poderia denunciar (como descaso por parte dos segurança). Assim, o desgaste em torno da burocracia parecia ser necessário, tanto que foram arrolados como suspeitos vinte e sete trabalhadores sendo dois destes agentes de segurança: um da Segurança Física da UNICON (SFU) e outro da Segurança Física da Itaipu (SFI), ambos escalados no lugar onde aconteceu o sinistro.

De maneira geral, afora o texto de introdução característico desse tipo de procedimento, onde se faz uma espécie de qualificação civil do intimado, foram apresentadas cinco questões básicas, as quais deveriam ser respondidas acerca do início do fogo. Estas questões eram idênticas para todos, isto é, tanto os guardas de segurança, quanto os demais trabalhadores teriam que responder as mesmas indagações.

O estudo dos vinte e sete depoimentos não revela e tampouco denuncia a possível autoria, porém indica um processo de ocultamento, isto porque havia divergências substanciais entre a ocorrência relatada pelo fiscal do turno e os depoimentos dos agentes e trabalhadores intimados. Sobre este aspecto que se pretende apresentar as contradições, indicando o germe dos sindicatos populistas, que sacudiram a barragem em meados de 1980 e, possivelmente, serão objetos de futuros estudos.

Os vinte e sete depoimentos prestados aos sindicantes possibilitam a seguinte leitura: 1) Quem interrogava estava intencionado no encobrimento do fato e não em seu esclarecimento; 2) Após uma resposta extremamente importante do interrogado, não se estabelecia uma relação de causalidade, ou seja, imediatamente passava-se para a próxima pergunta, parecendo não haver interesse pela resposta, ou que a informação não tivesse

importância. Por outro lado poderia ter acontecido uma combinação prévia comum dos órgãos da repressão, onde o corporativismo funciona deliberadamente. Percebe-se isso no depoimento prestado pelos guardas de segurança aos sindicantes. Esse movimento de revolta pode ter suas raízes justamente como oposição aos maus tratos contra o trabalhador “que estava sendo preso”, conforme argumentação do agente da AESI. Porém não foi considerada essa possibilidade. Em momentos diferentes, e aos dois agentes que estavam no local, o sindicante faz a seguinte indagação:

1) Perguntado se estava presente na hora do início do incêndio, respondeu que se encontrava no Alojamento A/18, juntamente com o vigia da UNICON, [...], efetuando uma prisão de peão, quando ouviu o alarme de incêndio, que verificou tratar-se de incêndio no Alojamento A/15; que o depoente deteve o prisioneiro deixando-o sob vigilância na Kombi da Segurança da Itaipu, indo em seguida ajudar a debelar as chamas no Alojamento A/15; 2) Perguntado se sabe ou ouviu falar da origem do fogo, respondeu que presume que tenha sido um curto circuito nas instalações elétricas do Alojamento A/15; (BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79000886 d0001de 0001)

Em seguida o sindicante pergunta ao agente da UNICON:

1) Perguntado se estava presente na hora do início do incêndio, respondeu que no início do incêndio o depoente se encontrava no Alojamento A/18, juntamente com o Guarda de Segurança (...), de Itaipu efetuando a prisão de um peão quando ouviu o alarme de fogo; que verificou tratar-se de incêndio no Alojamento A/15; 2). Perguntado se sabe precisar a hora do início do fogo, respondeu: o incêndio iniciou por volta das 23:30 horas; 3). Perguntado se sabe ou ouviu falar da origem do incêndio, respondeu que não sabe nem ouviu comentários a respeito, mas que o fogo começou por cima do Alojamento; (ibidem).

Nota-se, portanto, um fator importante na introdução dos depoimentos dos dois agentes de segurança. Ambos declararam que estavam efetuando a “prisão de um peão”, no momento do início do incêndio. Qual seria o motivo da prisão? Porque este trabalhador não foi intimado como os demais? Não seria este operário uma liderança e por isso estava sendo detido? Seu depoimento poderia elucidar definitivamente a questão do incêndio. Questões importantes

deixadas ao acaso, por que o objetivo do interrogatório era cumprir a burocracia de maneira pro forma. O direcionamento dado à questão do incêndio pode conduzir qualquer pesquisador a inferir que não havia interesse, por parte dos interrogadores, em saber quem era o incendiário, tampouco se o incidente fora uma represália aos maus tratos sofridos, por aquele que “estava sendo detido”.

Os encaminhamentos observados forjavam uma explicação simples: o incêndio tivera como causa o incidente do “curto circuito”. Assim, as considerações apresentadas pelo sindicante oferecia uma justificativa plausível perante o público interno e principalmente não suscitaria suspeitas por parte do público externo. Ademais, a hegemonia ideológica, naquele contexto, deveria ser preservada. Por um lado, assumir que houve um incêndio decorrente de represálias aos maus tratos dado ao trabalhador poderia potencializar alguma liderança que se fizesse presente, mas não atuante. Por outro lado, ficar no silêncio ajudava as forças repressivas a fortalecer seu campo de atuação, e este era o papel da “contra informação”, a qual, usando de todos os artifícios, trabalhava contra aqueles que buscavam a ruptura da situação estabelecida pelos comandantes do poder.

Pode-se afirmar que nesse contexto está inserido o Informativo UNICON. Sua contribuição à manutenção do *status quo*, ao longo de dez anos de publicações, serviu para forjar uma mudança de visão de mundo dos trabalhadores. Do mesmo modo ajudou apaziguar, dissolver e neutralizar possíveis formações de agremiações, porque suas principais reportagens não eram mostradas. Teria como esconder da comunidade extramuros um incêndio dessas proporções? Porque não foi dado destaque aos acontecimentos reivindicatórios do início de 1978?

Porque esses fatos poderiam comprometer a imagem que os representantes do poder queriam construir, justificando para si e para a nação que o progresso estava acima de qualquer fator impeditivo. Esse filtro seletivo perdurou ao longo do tempo em que ficou ativo. Isso era óbvio, mas é justamente aqui que reside o interesse, por parte dos historiadores: problematizar a obviedade de afirmações unilaterais, a evidência discursiva oriunda dos que pertencem à superestrutura política, jurídica e ideológica, conforme já citado anteriormente, nos termos marxistas. Por que comprometer o direcionamento estabelecido com a divulgação dessas contradições? A partir de 1980 com o advento do Jornal Nosso Tempo que o posicionamento do Informativo UNICON foi afrontado. Esse jornal lançado em Foz do Iguaçu

tinha sua pauta direcionada às críticas contra os fatos ocorridos durante a construção de Itaipu.

O Informativo UNICON sempre se pautou pela neutralidade, distorcendo fatos ocorridos e angariar a aprovação, segundo os olhares dos diretores das empreiteiras e da estatal Itaipu. Era uma condição paradoxal, pois havia uma congruência entre os relatórios da espionagem de Itaipu com as reportagens do Jornal Nosso Tempo. Por outro lado, uma discrepância compreensível e aparente dos mesmos relatórios institucionais e reportagens comparadas às matérias publicadas pelo Informativo UNICON.

Por fim, procura-se apresentar no próximo tópico, outros momentos notórios da fase da construção. Grandes acontecimentos que não tinham correlação com a rotina inerente ao cotidiano da obra. O que seriam aceito como normais seriam as boas relações entre trabalhadores, capatazes e agentes de segurança. O que tinha mudado de rumo nessa perspectiva não era de interesse dos jornalistas a serviço das empreiteiras. Finalmente, nesta parte que se encerra, verifica-se um pouco dessas manifestações consideradas pioneiras quanto às revoltas ocorridas no canteiro de obras. De certa maneira, os encaminhamentos que possibilitaram a criação da associação de trabalhadores foram iniciados, mesmo com a ausência de uma liderança, tal como apresentamos em epígrafe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse estudo possibilitou uma nova análise acerca do Jornal Informativo UNICON, cujo foco incide sobre as primeiras edições. A materialidade que foi exposta, através das crônicas possibilitará novas leituras e análises, que poderão corroborar com a compreensão de que o Informativo UNICON agiu como elemento multiplicador e facilitador de uma visão de mundo tipicamente de quem liderava.

Ao longo da apresentação dos dois tópicos, observa-se um pouco dos problemas enfrentados pelos trabalhadores do maior canteiro de obras, sob a ótica dos cronistas, que, pelo engajamento ideológico demonstravam que havia uma relação díspar entre suas escritas, quando comparadas à realidade. Pelo fato de os textos terem como fonte de inspiração os fatos do cotidiano, foi deixada de lado, a interpretação das alegorias e do folclore,

representados nos contos, para fazer uma releitura do mundo institucional da barragem. Assim as crônicas formaram a base dessas interpretações. Por elas, e nas palavras sutis dos cronistas, realizou-se uma abordagem que nos possibilitou ir além do “relógio de ponto” e das “explosões das dinamites” acompanhadas criteriosamente pelo cronômetro simbólico do cronista.

A leitura que se fez foi a de mostrar a estratégia que os redatores e os empreiteiros empregaram para colaborar com a estatal Itaipu e as demais subempreiteiras (brasileiras e paraguaias) a se fortalecerem e aniquilar uma possível união dos trabalhadores em torno de associações. De certa forma, mostramos aqui a organização ideológica da repressão. O uso do Informativo UNICON como disseminador de uma ideologia, dispensava em grande medida o uso da força física e, além disso, possibilitava o mascaramento das informações comprometedoras.

Não seria por meio desse jornal corporativo, conforme foi demonstrado, que a comunidade interna e externa ficaria sabendo de fatos graves que aconteceram no primeiro semestre de 1978, e porque não dizer dos anos seguintes. A realidade sempre ficava em torno de um esquema confidencial restrito aos órgãos internos da instituição, e por estes documentos é que foi possível traçar as comparações norteadoras desse texto.

Pelas análises do informativo, a categoria “trabalhador” é designada aos funcionários do lado brasileiro; não houve edições próprias que atendessem exclusivamente aos trabalhadores paraguaios do consórcio. Ao contrário, esse jornal, nas edições bilíngues, publicava boa parte dos acontecimentos que tinham origem no Brasil para os paraguaios lerem. Com isso os eventos merecedores de destaque para aquele público permaneciam ocultos. Em outras palavras, ficavam à mercê de uma cultura majoritária, e sujeitos à supremacia brasileira. Esta condição evidencia os problemas enfrentados pelos trabalhadores paraguaios, mesmo porque eles também compartilhavam alojamentos no espaço brasileiro da construção.

Para finalizar, a teoria ajudou a problematizar as condições apresentadas no canteiro de obras por um viés pouco explorado: o entrelaçamento entre os textos dos cronistas e relatórios oficiais sobre os primeiros levantes. Favoreceu-se então, novas possibilidades de entendimento sobre a mobilidade e o papel da imprensa dentro de um cenário criteriosamente arranjado. As fontes confidenciais demonstraram esta tendência. Nesse

sentido, o estudo viabiliza outras abordagens que preencham outros enfoques da historiografia.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Editora Bertrand Brasil S/A: Rio de Janeiro, 1989.

ELIAS, Norbert. Sobre o Tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998; p. 7-32.

FILHA, Elza Aparecida de Oliveira. O desafio de um jornal empresarial no canteiro de obras de Itaipu. Revista Dito Efeito, 2017; 7 (12):1984-2376.

FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79000886 d0001 de0001. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex>>. Acesso em 03 de fevereiro 2020.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

Informativo UNICON: Ed. Nº 01 de 04/02/1978.

Informativo UNICON: Ed. Nº 16 de 18/10/1978.

Informativo UNICON: Ed. Nº 18 de 25/11/1978.

MANARIN, Odirlei. Peões da barragem. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu -1975 a 1991. Dissertação de Mestrado, Unioeste - Marechal Cândido Rondon, 2008.

MASCARENHAS, Milena Costa. Poeira X Unicon: Confrontos e contra pontos entre expropriados e Itaipu. Dissertação de Mestrado, Unioeste - Marechal Cândido Rondon, 2011.

SESSI, Valdir. “O povo do abismo”: Trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu, 1974-1987. Dissertação de Mestrado, Unioeste -

Marechal Cândido Rondon, 2015.

THOMPSON, E. P. As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. Folclore, Antropologia e História Social. Campinas: UNICAMP, 2001; 227-267.

APÊNDICE – NOTA DE RODAPÉ

3. Jornal que circulou no canteiro de Obras do ano de 1978 a 1988. Inicialmente sua publicação era quinzenal com cerca de 20 exemplares, porém ao longo do período em que permaneceu ativo foi sofrendo adequações tanto na edição quanto no número de exemplares.

4. União de Construtoras responsável pelas obras civis da Hidrelétrica de Itaipu. (Mendes Junior, Camargo Correa, Cetenco, CBPO e Andrade Gutierrez).

5. Crônica do “Anônimo da Silva” (operário sem nome), escrita por José Melquiades Ursi em homenagem aos construtores aos trabalhadores que construíram o cabal de desvio no Rio Paraná no período de 1976 a 1978.

6. O feitor era de fato quem comandava as equipes nas frentes de trabalho. Cada equipe de trabalhadores tinha um feitor que comandava doze trabalhadores. Cada encarregado possuía três feitores com suas respectivas equipes. Depois viria o chefe de setor e por último o chefe de departamento.

7. UNICON, Informativo. Ano I, Edição nº 18, 25 de novembro de 1978, p.02. Relógio de ponto era onde se registrava a entrada e saída dos turnos de trabalho.

8. No espaço barrageiro localizado no Parque Tecnológico da Itaipu (PTI) há um quarto montado para que os visitantes possam sentir a realidade daqueles que ali residiram.

9. Termo usado pelas feitorias para demitir o trabalhador quando não se tinha um motivo aparente (SESSI, 2015).

10. Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79000886: Acesso, junho de 2017.

11. Ocorrências contidas no Anexo A e Anexo B.

12. Objetivando a separação dos trabalhadores por *status* foi criada as designações de “A a D” nos cartões de identificações. De certa forma, aqueles que possuíam crachás “A e B” pertenciam as equipes dirigentes, e os que tinham os crachás “C e D” eram dos internos. A estes últimos os quartos de alojamentos eram para quatro ocupantes, e a residência dividida para quatro famílias, separada apenas por paredes. Aos “A e B”, os quartos eram para duas pessoas e as residências eram individuais, separadas por muros ou em condomínios. Os primeiros tinham resistência em morar nos alojamentos com os “C e D”, daí os conflitos.

13. Grande escavação onde o Rio Paraná foi desviado para a construção da barragem central.

14. Os trabalhadores agenciados saíam de suas origens com todas as despesas pagas pelo Consórcio UNICON.

15. Até 1986 era proibido na área da Itaipu a união em torno de sindicatos, isto foi promovido eficazmente desde o início pelo general José Costa Cavalcante, o primeiro diretor geral da binacional.

16. Aos órgão de inteligência e seus participantes, não era permitida a participação em sindicâncias. Mas isso não impedia que os investigadores se fizessem presentes nos interrogatórios e de forma sutil eram arrolados como testemunhas, uma vez que os trabalhadores não tinham defensores.

19. Guarda de Segurança.

ANEXO A - OCORRÊNCIA POLICIAL

A Voz Dos Empreiteiros No Jornal Informativo Unicon: Entre Os Textos
Dos Cronistas E Os Primeiros Levantes Dos Construtores De Itaipu No
Ano De 1978

A Voz Dos Empreiteiros No Jornal Informativo Unicon: Entre Os Textos
Dos Cronistas E Os Primeiros Levantes Dos Construtores De Itaipu No
Ano De 1978

A Voz Dos Empreiteiros No Jornal Informativo Unicon: Entre Os Textos
Dos Cronistas E Os Primeiros Levantes Dos Construtores De Itaipu No
Ano De 1978

9181F 1767

Foz do Iguaçu, 27 de março de 1978.
Com 110/CA/CO/78.

DO: Fiscal do Grupo "A"

AO: COORDENADOR DE SEGURANÇA/PI

ASSUNTO: Homossexual no Interior do CO.

ENC No 097, CC/PI, 27.03.78
AO SR: Sr. do Blo e Q. 98.
PARECER: Enc e UNICON p/
despedida do funcionário,
pois não é aceitável a
sua permanência na obra.

No dia 26 de Mar 78 às 22:30 horas foi encaminhado a esta CS pela Segurança da Unicon o Sr. [redacted], crachá nº [redacted], funcionário da Unicon na função de ajudante de serviços gerais, por atos homossexuais, conforme consta no recibo em anexo.

Segundo o Fiscal [redacted] da Unicon o referido cidadão compareceu a CA-VL-NE a fim de solitar auxílio, devido estar sendo perseguido por elementos que pretendiam praticar atos homossexuais com o mesmo.

O Sr. [redacted] declarou ser homossexual e que não tem condições de permanecer no alojamento devido a perseguição dos elementos ali residentes, permanecendo então na CS para a solução do problema.

Nessa ocorrência consta o despacho, no canto superior direito, do coordenador de segurança, indicando para que o trabalhador fosse demitido: "Despedida do funcionário, pois não é aceitável sua permanência na obra".

A Voz Dos Empreiteiros No Jornal Informativo Unicon: Entre Os Textos
Dos Cronistas E Os Primeiros Levantes Dos Construtores De Itaipu No
Ano De 1978

ANEXO B - RECIBO DE PESSOA

A Voz Dos Empreiteiros No Jornal Informativo Unicon: Entre Os Textos
Dos Cronistas E Os Primeiros Levantes Dos Construtores De Itaipu No
Ano De 1978

A Voz Dos Empreiteiros No Jornal Informativo Unicon: Entre Os Textos
Dos Cronistas E Os Primeiros Levantes Dos Construtores De Itaipu No
Ano De 1978

UNION DE CONSTRUTORAS LTDA.
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA
RECIBO DE PESSOA

Data: 26/03/78 Hora: 22:30

Recebi do FISCAL da Segurança X
da UNICON, o Sr: [REDACTED]
de Nacionalidade BRASILEIRA, funcionário da
UNICON função AJ. SERV. GERAIS
Referência 22.124 Ident. nº X, ocorrência: PER
MOTIVOS DE ATOS HOMOS-SEXUAIS

Objetos que portava: CRACHA

Condições físicas: NORMAIS

Orgão a quem foi entregue: SEGURANÇA ITAIPU

Aqui o “Recibo de Pessoa” do trabalhador detido e entregue pela Segurança da UNICON à Segurança da Itaipu. Esse “recibo de pessoa” é uma das comprovações que caracterizam o canteiro de obras no rol das instituições totais. O recibo limitava o ir e vir do indivíduo, submetendo-o às equipes dirigentes.

^[1] Mestrado, Especialização e Graduação em História.

A Voz Dos Empreiteiros No Jornal Informativo Unicon: Entre Os Textos
Dos Cronistas E Os Primeiros Levantes Dos Construtores De Itaipu No
Ano De 1978

^[2] Orientador. Doutorado em História.

Enviado: Janeiro, 2021.

Aprovado: Março, 2021.